



468
U ELREY. Faço saber aos que Alvará com força de Ley virem: Que havendo chegado á Minha Real Presença multiplicadas, e successivas queixas dos Meus fiéis Vassallos habitantes nos Territorios das partes interiores do Estado do Brasil; manifestando nellas por hum'grande numero de factos evidentes, que o meio dos recursos para

os Juizos da Coroa da Bahia, e Rio de Janeiro, tinha demonstrado huma triste, e ruinosa experiencia, que já não podia soccorrellos, util, e opportunamente; porque sendo vexados em partes distantes das mesmas Relações muitos centos de legoas por caminhos pouco praticaveis, e trilhados, e com as passagens de rios em grande parte excessivamente caudalosos: Resultando de tudo, aos que por elles são forçados a transitar, trabalhos superiores ás forças da natureza humana, e despesas, que excedem as faculdades ainda das pessoas mais ricas, e abastadas; dando todas estas difficuldades ansa, e ousadia, a alguns Juizes Ecclesiasticos, para que esquecendo-se das obrigaçoens do seu respectivel estado, e das que lhe impoem o Direito Divino, e Natural, e os Sagrados Canones: E deixando-se possuir pela cega cobiça da usurpação dos bens temporaes; se precipitem nos maiores excessos de violencia, e nos mais escandalosos abusos de jurisdicção, para sustentarem com frivolas censuras os seus nocivos attentados: Animando-se ainda mais para os commetterem com o claro conhecimento, que tem, de que as partes por elles espoliadas costumão ter por menor mal o soffrimento de tão intolleraveis vexaçoens, do que as diligencias de irem buscar o remedio a tão grandes distancias, por tão longos, e asperos caminhos, e com tantas despesas; para no fim de tudo lhes chegar o mesmo remedio tão tarde, que quando chega, já lhes não aproveita, depois de haverem sido arruinados; de sorte que só no districto de huma Vigairaria no espaço de dous annos foi necessario interpôr quarenta recursos de violencia, e usurpação de jurisdicção. Tendo ouvido sobre esta materia, e sobre a urgente necessidade publica, que resulta de tudo o referido a muitos Ministros do Meu Conselho, e Desembargo; conformando-

D

me

mê com o seu parecer : Hey por bem ordenar , que em toda a parte do Brasil , onde houver Ouvidores , se formem Juntas da Justiça , nas quaes deve servir de Presidente , e Relator o mesmo Ouvidor , para deferir aos recursos com dous Adjuntos , os quaes haõ de ser os Ministros Letrados , que estiverem na terra , e naõ o estando , seraõ Adjuntos os Bacharéis formados , que o Ouvidor nomear : Na mesma fórma que se praticava antes do estabelecimento das sobreditas Relações nos seus respectivos Territorios , e está ainda praticando nas Capitanias do Graõ Pará , do Maranhão , e de Angola. E por quanto este remedio naõ seria efficaz , antes padeceria os mesmos inconvenientes , que se pertendem evitar , se a execuçaõ dos provimentos dados nas Juntas da Justiça , sobre os recursos dependessem de outras diligencias , formalidades , ou despachos : Hey outro fim por bem , que os ditos provimentos se cumprãõ logo que sobre a primeira carta rogatoria se decidir na Junta , que fora bem passada a primeira , sem que seja necessario esperar pela decisaõ ultima do Assento da Mesa do Paço da respectiva Relação : Devendo as sobreditas Juntas em execuçaõ dos seus provimentos proceder logo a occupar as temporalidades da maneira , que procederiam , se sobre as cartas estivesse já tomado Assento : Ficando com tudo salvo aos Juizes Ecclesiasticos recorridos o direito de procurarem a reformaçaõ dos sobreditos provimentos , parecendo-lhes , ou na Relação do Territorio , ou neste Reino na Mesa do Desembargo do Paço : O que porém se entenderá , sem que as Partes , que obtiverãõ os provimentos , sejaõ obrigadas a procurar esta ultima providencia : E sem que a execuçaõ dos ditos provimentos tenha dependencia destes ultimos Assentos , pelos quaes se procederá depois á execuçaõ contra os recorrentes , nos casos em que venha a julgar-se , que foraõ mal passadas as Cartas das referidas Juntas da Justiça , e os provimentos dellas menos justos , do que deverãõ ser.

E este se cumprirá como nelle se contém sem duvida , ou embargo algum , que a elle seja , ou haja de ser posto , naõ obstantes quaesquer Leys , Decretos , Regimentos , ainda das Relações , Disposições , Resoluções , ou Determinações em contrario , que todas de Meu Motu Proprio,
Certa

Certa Sciencia , Poder Real Pleno , e Supremo , Hey por cassadas , irritas , e de nenhum vigor para este effeito sómente , ficando aliás na sua força : E debaixo das mesmas clausulas Ordeno , que este valha como Carta passada pela Chancellaria , posto que por ella não passe , e que o seu effeito haja de durar hum , e muitos annos , não obstante as Ordenações , que o contrario determinaõ.

Pelo que mando á Mesa do Desembargo do Paço , Regedor da Casa da Supplicação , Governador da Relação , e Casa do Porto , Conselho Ultramarino , Vice-Rey , e Capitaõ General de Mar , e Terra do Estado do Brasil , Governadores , e Capitaens Generaes do mesmo Estado , Chancelleres das Relações delle , e a todos os Ouvidores , Juizes de Fóra , e mais Justiças do dito Estado , cumpraõ , e guardem este meu Alvará com força de Ley , e o fação inteiramente cumprir , e guardar , e Registrar em todos os livros das suas respectivas Jurisdicções , a que pertencer. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajudada , a 18 de Janeiro de 1765.

REY.

Francisco Xavier de Mendoga Furtado.

Alvará com força de Ley , porque Vossa Magestade ha por bem ordenar , que em toda a parte dos Estados do Brasil , onde houver Ouvidor se formem Juntas de Justiças , para deferir aos Recursos : E que os provimentos , que nellas se tomarem , se cumpraõ logo que sobre a primeira

Carta Rogatoria se decidir na dita Junta, que fora bem passada a primeira Carta, sem que seja necessario esperar pela decisaõ ultima do Assento da Mesa do Paço da Respectiva Relação; tudo na fôrma, que assima se declara.

Para Vossa Magestade ver.

João Baptista de Araujo o fez.

Registado na Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, no livro das Cartas, Alvarás, e Patentes a fol. 163. Nossa Senhora da Ajuda, a 4 de Fevereiro de 1765.

João Baptista de Araujo.

Impresso na Officina de Miguel Rodrigues.

